

III Diplomatas: Carreira

Nem todos os diplomatas são de carreira, uma vez que há também os nomeados politicamente. Embaixadores nomeados politicamente podem ser vantajosos, na opinião de Verbeke, pela linha direta que possam manter com o chefe do estado. Mas, não estão familiarizados com os aspectos técnicos da função e sua nomeação desmotiva os diplomatas de carreira.¹

Seja qual tiver sido sua forma de nomeação, os diplomatas exercem funções de intermediação e negociação entre seu governo e o de outros países, a serem analisadas no Ponto V. Como observadores, informantes, mensageiros e negociadores, tratam de relações entre Estados, em geral para resolver questões pendentes e promover cooperação. Com poderes outorgados pelo país que representam, fazem uso da palavra para representar e influenciar outro Estado. Nesse processo, por vezes, como observou Freeman, influenciam a formulação da política externa e a executam por meio de negociações e outras medidas.² Ajudam os dirigentes nacionais a entender as atitudes e ações dos estrangeiros e a desenvolver estratégias e táticas que moldarão o comportamento dos estrangeiros, especialmente governos. Entram em contato direto com o poder, mas, como Bjola e Kornprobst observaram, raramente o exercem de forma direta.³ O uso sábio de diplomatas, na opinião de Freeman, é a chave para uma política externa bem-sucedida.⁴ Na mesma linha de pensamento, Morgenthau já havia declarado: “*Dentre todos os fatores que compõem o poder de uma nação, o mais importante, ainda que instável, é a qualidade da diplomacia*”.⁵

O **Brasil** contava, em 2014, com 1.581 diplomatas, 872 oficiais de chancelaria e 603 assistentes de chancelaria.⁶

A carreira diplomática é competitiva desde o início até a promoção ao cargo mais elevado e à escolha dos postos no exterior. Aliás, essa competição, se justa, contribui, lembra Verbeke, para a qualidade do serviço exterior⁷. Daí a preocupação de chancelarias, como a brasileira, em

¹ VERBEKE, 2023, p. 24.

² FREEMAN, 2022, s/ n°. de pags.

³ BJOLA e KORNPBST, 2018, p. 180.

⁴ FREEMAN, 2022, s/ n°. de pags.

⁵ Hans MORGENTHAU, *Politics among Nations*

⁶ HUTCHINGS e SURI, 2020, p. 5

⁷ VERBEKE, 2023, p. 23.

estabelecer processos transparentes que reduzam os apadrinhamentos políticos, por meio da exigência de cursos e da constituição de comissões para decidir promoções e remoções.

A. Recrutamento e seleção

A diplomacia se caracterizava, no início, na Europa, pelo recrutamento de candidatos entre os membros da aristocracia. Além disso, a carreira diplomática e a consular não eram integradas, o que ocorreria, na França em 1877.⁸ Nos Estados Unidos, desde a presidência de Andrew Jackson (1829-1837), as nomeações diplomáticas passaram costumeiramente a ser concedidas como prêmio por serviços políticos. Na Grã-Bretanha, a exigência de que candidatos à diplomacia tivessem renda privada de 400 libras por ano seria eliminada somente em 1919.⁹ Na década de 1970, os Estados Unidos, a Austrália e algumas outras democracias industrializadas (assim como a África do Sul) ampliaram o recrutamento para além das velhas elites e enfatizaram o desenvolvimento de serviços estrangeiros representativos da diversidade étnica de suas populações.¹⁰

Hoje em dia, os candidatos à diplomacia são submetidos, em geral, a uma rigorosa seleção e treinamento antes de representar seu país no exterior. Costumam ser graduados em universidades que enfrentam exaustivos exames orais e escritos para ingressar no serviço exterior. Na maior parte dos países, estes consistem em exames de conhecimento de línguas, história, geografia, ciência política, economia, direito internacional e cultura geral. Testam, como resumiu Freeman, as habilidades de um candidato em escrever, analisar e resumir e a capacidade de identificar o essencial e lidar com problemas, bem como persuasão, equilíbrio, inteligência, iniciativa e estabilidade. Apesar da diversificação, os candidatos mais bem formados e preparados tendem a, na opinião de Freeman, ser bem-sucedidos no processo de ingresso na carreira diplomática.¹¹

Dadas as peculiaridades da carreira diplomática, tais como a representatividade da identidade do país e a manutenção de sistema de rotação entre postos, alguns aspectos merecem exame específico, entre os quais a diversidade da representação e os desafios familiares.

⁸ HAMILTON e LANGHORNE, 2011, p. 105.

⁹ Robert COOPER, *The Ambassadors*, 2021, p. 206.

¹⁰ HUTCHINGS e SURI, 2020, p. 208, FREEMAN, 2022, s/ n°. de pags.

¹¹ FREEMAN, 2022, s/ n°. de pags.

1. *Diversidade*

Até o período entre as duas guerras mundiais, não houve nomeações de mulheres para exercerem cargos diplomáticos. Os primeiros países a tomarem essa medida foram: a União Soviética (1923), os Estados Unidos (1925) e a França (1930), mas o governo francês ainda não nomearia mulheres como chefes de missões.¹²

No caso do **Brasil**, a primeira mulher a se tornar diplomata foi Maria José de Castro Rebello Mendes, em 1918.

Após a Segunda Guerra Mundial, um número crescente de mulheres foi aceito na carreira diplomática e mais mulheres se tornaram embaixadoras, tanto por indicação política quanto por promoção. Apesar dessas mudanças, alguns Estados continuaram a não contratar ou aceitar mulheres como diplomatas. Em 1970, por exemplo, o Vaticano rejeitou uma proposta de ministra da Alemanha Ocidental porque ela era mulher. Por outro lado, a Suécia que permitiu o ingresso de mulheres na carreira somente em 1948, alcançou a paridade de gêneros em 1999.¹³ Embora com exceções, as mulheres tornaram-se em muitos países uma minoria aceita e em rápido crescimento nas fileiras diplomáticas, incluindo as de embaixadores.

Outra forma de diversidade de grande relevância diz respeito a raça ou etnia. Em casos de países, como o Brasil e Estados Unidos e outros nos quais houve a escravidão, ou forte imigração, inclusive asiática, como Reino Unido, Canadá, Austrália e outros, a diplomacia tem sido desafiada a adotar meios para que sua representação diplomática reflita a composição diversificada de suas populações.

O Itamaraty criou, em 20021, um sistema de bolsas de estudos para preparo de **afrodescendentes** ao concurso para ingresso na carreira diplomática

2. *Família*

A cada três ou quatro anos, a família do ou da diplomata deverá, na formulação de Verbeke, adaptar-se a geografia, idioma e cultura de outro país¹⁴. Assim, com exceção dos que preferem separar-se dos filhos e deixá-los em colégios internos no seu país (embora haja menos desses casos), a família deverá buscar escolas para seus filhos, médicos e outros profissionais que os

¹² FREEMAN, 2022, s/ n°. de pags.

¹³ VERBEKE, 2023, p. 24.

¹⁴ VERBEKE, 2023, p. 25.

atendam. Essa realidade poderá constituir uma oportunidade ou um desafio que deve ser tomado em consideração pelos interessados na carreira diplomática.

Como o conceito de família não mais se restringe a marido e mulher, a escolha de postos também envolve a questão de aceitação de casais do mesmo sexo em países de culturas de distintas. Outra questão a ser considerada, diz respeito ao exercício profissional do cônjuge. Embora acordos bilaterais permitam a obtenção de licença para trabalho (o que normalmente não é permitido em vistos diplomáticos), a real possibilidade de obtenção de emprego se vê dificultada pela necessária provisoriedade da contratação.

Em 1966, por um decreto-lei, no regime militar, foi proibido que **casais de diplomatas** servissem no mesmo posto.¹⁵ A chamada Reforma Paulo Tarso de 1986, permitiu a remoção conjunta de casais diplomatas para o exterior.

B. Formação e treinamento

No tocante à formação dos diplomatas, as práticas no exterior variam de país a país. Alguns se limitam a *estágios* (Reino Unido e países do Commonwealth), outros baseiam-se em *escolas de administração pública* (França), em *regimes mistos* (Índia), ou em *academias diplomáticas* (Alemanha, Brasil, Egito). Há até mesmo países sem formação específica, mas apenas o ensinamento de línguas estrangeiras (Estados Unidos).¹⁶

Na **França**, os candidatos a funcionários da categoria ‘A’ do serviço diplomático (de Primeiro Secretário a Embaixador)¹⁷ provinham, tradicionalmente, das *Grandes Écoles* e a classificação na universidade acompanhava a carreira pública. Havia exames *ad hoc* para preenchimento de vagas especializadas.¹⁸ Em abril de 2022, o governo Macron publicou decreto que elimina a separação da carreira diplomática do resto da administração pública. Em junho, diplomatas franceses entraram em greve em protesto alegando a especificidade da carreira, a vocação, a formação e o treinamento para justificar a tradicional separação.¹⁹ Se a reforma for implementada, aproximará o sistema francês do indiano, descrito mais abaixo.

¹⁵ MELLO BARRETO, 2006, p. 104.

¹⁶ FREEMAN, 2022, s/ n°. de pags.

¹⁷ HUTCHINGS e SURI, 2020, p. 46.

¹⁸ HUTCHINGS e SURI, 2020, p. 47.

¹⁹ «Grève des diplomates français: Une réforme qui nie notre expertise».

<https://www.france24.com/fr/france/20220601-gr%C3%A8ve-des-diplomates-fran%C3%A7ais-une-r%C3%A9forme-qui-nie-notre-expertise>

Na **Alemanha**, o processo de seleção e treinamento inicial é um dos mais rigorosos e inclui 3 anos de formação na Academia Diplomática.²⁰ Entre 1.700 e 2.000 pessoas candidatam-se-para cerca de 35 vagas oferecidas por ano.²¹

Na **Índia**, o ingresso no serviço diplomático se dá por concurso para todo o funcionalismo público civil (*Civil Service Exam*). O processo de seleção busca aferir talento, disposição e criatividade, mas ainda assim elimina candidatos qualificados dado o número muito elevado destes²² (cerca de um milhão de candidatos por vaga, ou 0,1% de admitidos ao final das diversas fases da seleção²³). Após a seleção, os candidatos aceitos para o serviço diplomático, devem frequentar por um ano o *Foreign Service Institute*, onde têm aulas e estágios. Como resultado desse processo, o país conta com diplomatas altamente preparados, mas em número insuficiente para atender os serviços do ministério,²⁴ que contava, em 2017, com apenas 770 diplomatas para 172 missões.²⁵

No **Brasil**, a preparação para a carreira diplomática se dá obrigatoriamente no Instituto Rio Branco, que também se ocupa de cursos de aperfeiçoamento e de altos estudos. Criado em 1945, o Instituto formou, desde então, todos os diplomatas de carreira do Brasil.²⁶

A maioria dos países concorda com a necessidade de proficiência em línguas estrangeiras. Além de inglês, francês e espanhol tem aumentado, no plano mundial. o interesse por candidatos com habilidades em idiomas como árabe, chinês, alemão, japonês, português, russo e outros. O treinamento de idiomas é fornecido em um instituto de serviços estrangeiros, em universidades locais ou no exterior.

De maneira geral, os processos de formação de diplomatas também enfatizam o conhecimento de economia, geografia, política internacional e direito, e muitos ensinam sua própria história e cultura. Alguns oferecem treinamento acadêmico adicional; outros, incluindo os Estados Unidos, são de orientação mais prática.

No debate sobre se os funcionários de carreira devem ser generalistas ou especialistas, os Estados Unidos favorecem a especialização modesta – por exemplo, em economia africana – enquanto muitos estados, particularmente os países pequenos que não podem pagar especialistas, preferem generalistas.

²⁰ HUTCHINGS e SURI, 2020, p. 60.

²¹ HUTCHINGS e SURI, 2020, p. 66.

²² HUTCHINGS e SURI, 2020, p. 81-82.

²³ HUTCHINGS e SURI, 2020, p. 85-86.

²⁴ HUTCHINGS e SURI, 2020, p. 83.

²⁵ HUTCHINGS e SURI, 2020, p. 84.

²⁶ HUTCHINGS e SURI, 2020, p. 7.

No **Brasil**, embora não haja uma especialização formal, alguns diplomatas se destacaram em áreas específicas, entre as quais as negociações comerciais, ambientais e as relativas ao desarmamento.

Algumas especializações podem surgir para diplomatas que são destacados temporariamente para trabalhar em outro ministério ou órgão público (conhecido em inglês como *secondment*). Terminado esse período, o diplomata retorna ao ministério do exterior com novos conhecimentos técnicos e relacionamentos úteis para sua carreira.²⁷

C. Ascensão funcional (Promoção)

Tal como a militar, a carreira diplomática se caracteriza por hierarquia dos cargos.²⁸ Em muitos países, os graus da carreira diplomática são em ordem descendente: embaixador, ministro-conselheiro, conselheiro, secretários (primeiro, segundo e terceiro) e adidos (civis). Alguns países hierarquizam também ministros e conselheiros²⁹. Outros, tais como Estados Unidos e Canadá, mantem internamente graus com títulos diferentes a esses tradicionais.

Não tem faltado questionamentos da severidade da hierarquia tradicional em muitas chancelarias. Arguiram Rozental e Buenrostro, que as “rigidezes burocráticas prevalecentes em ministérios do exterior frequentemente conduzem a uma diplomacia ineficiente”; uma estrutura hierárquica vertical centraliza o processo decisório e inibe espontaneidade, criatividade e a livre expressão de ideias”; e “frequentemente impedem o desenvolvimento de capacidades individuais, aptidões e méritos de diplomatas”.³⁰ Prestigiar o trabalho dos que se encontram nos graus iniciais da carreira pode ser feito por várias formas, inclusive a concessão da possibilidade de dar-lhes oportunidade para expressão oral e por escrito das suas opiniões e iniciativas.

Outra crítica à hierarquia tem sido a da lentidão das promoções. Rozental e Buenrostro, observaram que o “progresso lento nos degraus de uma carreira piramidal pode constituir um exercício desencorajador”. Ressaltaram aqueles autores que as promoções por antiguidade (senioridade), “como o principal critério”, podem “sufocar a criatividade e a expressão de novas ideias e resultarem em perda de motivação”. Indicaram como o melhor antídoto para evitar esse

²⁷ ROZENTAL e BUENROSTRO, 2013, p. 242.

²⁸ KURBALIJA, 2013, p. 153.

²⁹ VERBEKE, 2023, p. 22.

³⁰ ROZENTAL e BUENROSTRO, 2013, p. 238.

mal-estar deve ser “assegurar que diplomatas sejam politicamente sensíveis e suficientemente especializados para que não haja necessidade de nomeações políticas”.³¹

Há um número limitado de vagas para nomeação como chefe de missão diplomática. Dada essa realidade, como regra, uma carreira diplomática não mais culmina – como observaram Rozental e Buenrostro - numa nomeação como embaixador ou embaixadora. Assim sendo, as chancelarias devem buscar alternativas para manter a motivação e a mobilidade dos membros da carreira. Haveria, assim, possibilidades para carreiras paralelas dentro da principal, em áreas tais como cultural, comercial, turismo, imprensa e outras em que adidos contribuem de forma vital para as missões maiores, com responsabilidades maiores ou menores.³²

Com respeito à processo de ascensão funcional (isto é, promoção a grau ou cargo superior) dos diplomatas, no Brasil, seus requisitos incluem exigências de tempo de exterior, conclusão de cursos de formação e votação vertical e horizontal por seus pares. O serviço exterior dos Estados Unidos segue um sistema de hierarquia pessoal (rank in person) e não de hierarquia de cargo (rank in position). Isso significa que o grau hierárquico do funcionário é independente do cargo que ocupe. O sistema, na visão de Kleiner, facilita o trabalho do departamento de pessoal uma vez que os diplomatas podem ser designados para cargos que podem estar classificados acima ou abaixo dos seus vencimentos.³³

Na **Alemanha**, quase todos os embaixadores são de carreira. Nos últimos anos, apenas alguns postos menores foram preenchidos politicamente (Letônia e Vaticano).³⁴

Nos **Estados Unidos**, ao contrário, 30% dos embaixadores são nomeados politicamente.

No **Brasil**, nomeação de embaixadores políticos tem sido uma exceção. Mesmo no regime militar, poucos foram os generais nomeados. Após a redemocratização tão pouco ocorreu percentual significativo de políticos indicados para chefiar postos no exterior. Nesses casos, o posto mais cobiçado seria a embaixada em Lisboa, dado não haver necessidade de conhecimento de língua estrangeira.

Há diferenças entre funções na carreira diplomática brasileira, tanto no exterior quanto na Chancelaria, ou Secretaria de Estado. O quadro abaixo indica as funções tradicionalmente exercidas no Brasil e no exterior pelos titulares de seus respectivos cargos.

³¹ ROZENTAL e BUENROSTRO, 2013, p. 238.

³² ROZENTAL e BUENROSTRO, 2013, p. 243.

³³ KLEINER, 2020, p. 42.

³⁴ HUTCHINGS e SURI, 2020, p. 69.

| Cargo | Funções | |
|-------------------------------|--|--|
| | <u>No Brasil</u> | <u>No exterior</u> |
| Terceiro/a Secretário | Assistente de Chefe de Divisão | Chefe de Setor |
| Segundo/a Secretário | “ | “ |
| Primeiro/a Secretário | Subchefe de Divisão | “ |
| Conselheiro/a | Chefe de Divisão | Chefe de Setor, Cônsul Adjunto |
| Ministro/a de Segunda Classe | Diretor de Departamento | Ministro Conselheiro, Cônsul-Adjunto |
| Ministro/a de Primeira Classe | Secretário-Geral. Subsecretário-Geral, Chefe de Gabinete, Diretor Geral de Departamento | Embaixador, Representante Permanente, Cônsul Geral |

D. Transferências (Remoção)

Os diplomatas são transferidos a cada três ou quatro anos de um posto para outro ou para a sede dos ministérios do exterior na capital do país. No caso de postos difíceis, essa permanência pode ser de apenas dois anos.³⁵ A maioria dos funcionários diplomáticos, estimou Greenstock, passa entre metade e dois terços de suas carreiras em postos no exterior.³⁶

Essa tradição diplomática generalizada entre as carreiras da maioria dos países tem várias causas, entre as quais, reduzir o “risco ocupacional” conhecido como “localite”, consistente em passar a adotar, inconscientemente os pontos de vista do país em que se encontra em detrimento daquele

³⁵ KLEINER, 2010, p. 43.

³⁶ GREENSTOCK, 2013, p. 109.

do país que representa.³⁷ Por vezes, influenciado pelo pensamento local,³⁸-passa assim a representar os interesses do país acreditado junto ao acreditante.³⁹

Quanto ao processo de remoção (isto é, traslado ou transferência de funcionários) entre postos e a Secretaria de Estado, há diferenças de experiência entre os países quanto a sistemas de classificação destes e a rotatividade entre os de maior ou menor dificuldade para atuação, adaptação e condições pessoais.⁴⁰

A decisão sobre os postos a serem ocupados por cada diplomata, recai, em geral, numa comissão que se reúne nas sedes dos ministérios do exterior. Alguns países concedem ao chefe do posto o poder de influenciar nessa decisão.⁴¹

A chamada **reforma Paulo Tarso** de 1986 introduziu o sistema de **classificação de postos** entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Inci

A nomeação para o exercício de funções no exterior obedece a ritos distintos conforme o grau do cargo do diplomata na carreira como se verá a seguir.

1. *Chefes de missão*

Nem todos os chefes de missão diplomática têm o título de embaixador. Os membros da comunidade britânica de nações (*Commonwealth*) credenciam entre si Altos Comissários (*High Commissioners*) uma vez que, embora sejam estados independentes, compartilham simbolicamente o mesmo soberano, o do Reino Unido. O Vaticano, de acordo com sua longa tradição, credencia Núncios Apostólicos, os quais, em estados predominantemente católicos romanos, costumam ser considerados decanos do corpo diplomático, independentemente da data da apresentação de suas credenciais. O título de ministro que chefiava uma legação desapareceria totalmente no final do século XX. Nas organizações internacionais, tais como a ONU e a OEA, o título do chefe da missão diplomática costuma ser o de Representante Permanente.

³⁷ VERBEKE, 2023, p. 27.

³⁸ BJOLA e KORNPBST, 2018, p. 176.

³⁹ MALONE, 2013, p. 126.

⁴⁰ HUTCHINGS e SURI, 2020, p. 45.

⁴¹ VERBEKE, 2023, p. 23.

A **primeira embaixada brasileira** foi nos Estados Unidos (1905), para a qual foi enviado Joaquim Nabuco.⁴²

a. *Agrément*

A nomeação de um novo ou nova chefe de missão é um processo complexo. Para evitar constrangimentos, seu nome é sondado informalmente. Se o país anfitrião não se opuser, um pedido formal de *agrément* ou consentimento é apresentado pelo enviado que está sendo substituído.⁴³ Esse passo prévio é exigido pelo Artigo 4 da CVRD. A exigência é justificada na necessidade de que, para conduzir as relações entre dois Estados, um chefe de missão deve ser aceitável por ambos.

A demora para concessão do *agrément* pode estar relacionada à atuação do indicado em posto anterior, a suas características pessoais ou transparecer simplesmente um sinal de relações difíceis entre os dois países. O pedido costuma ser apresentado pelo embaixador prestes a deixar o posto. Mas, por vezes, é solicitado diretamente na capital do país acreditante junto ao embaixador do país junto ao qual o diplomata deve ser acreditado.⁴⁴ Ao desconhecer o período por um período além do normal, o Estado acreditante deverá compreender que o nome não será bem recebido e deverá o retirar o pedido de *agrément*. O *agrément* concedido poderá ser revogado se o indicado não tiver chegado ao território do país que o concedeu.⁴⁵

No caso do **Brasil** (como nos Estados Unidos), uma vez concedido o *agrément*, o nome do embaixador ou embaixadora candidato ou candidata ao cargo é submetido a sabatina do Senado Federal, um processo que, por vezes, pode tardar para ser agendado, dependendo da agenda da Comissão de Relações Exteriores daquela Casa legislativa.

Aprovado o nome pelo plenário do Senado, têm início as providências administrativas para a ida do novo embaixador ao posto, inclusive o pedido de visto diplomático do país (ou países, no caso de cumulatividade) em que for acreditado

Uma tradição diplomática que alguns ministérios ainda mantêm, como notou Kleiner, é a de preparar seus chefes de missão para o novo posto antes de partirem. Organizam reuniões com pessoas encarregadas das relações com o país de futura acreditação, em outros ministérios e órgãos governamentais, em organizações comerciais, associações culturais, empresas privadas e

⁴² Hélio FRANCHINI NETO e Ivy TURNER, *Um pouco de diplomacia*, Saraiva, 2021, p.29.

⁴³ FREEMAN, 2022, s/ n°. de pags.

⁴⁴ ROBERTS, 2017, p. 104.

⁴⁵ ROBERTS, 2017, p. 105.

instituições acadêmicas.⁴⁶ Nota ainda aquele autor que a maior parte dos embaixadores não mais recebe longas instruções por escrito para o novo posto antes de partir. A velocidade das comunicações atualmente tornou essa prática obsoleta.⁴⁷

b. Acreditação

O novo ou nova chefe de missão diplomática viaja para o posto de posse de suas credenciais, isto é, uma carta do chefe de estado acreditante apresentando-o como seu representante ao chefe do estado acreditado. Na maioria das grandes capitais, uma cópia das credenciais é fornecida sem cerimônia oficial ao ministério do exterior, após o que o recém chegado poderá atuar junto àquele órgão e a visitar seus colegas diplomáticos.

Dados os custos para manutenção de embaixadas, muitos países recorrem a cumulatividade de postos incluídos na jurisdição de um embaixador. Ao fenômeno de acreditação múltipla, informou Hocking, tem-se acrescido o de nomeação de embaixadores não residentes, assim como de itinerantes.⁴⁸

A apresentação de credenciais ao chefe de Estado é bastante formal; em alguns países de acordo com a tradição local a qual pode envolver a ida a um palácio em uma carruagem, como no Reino Unido, ou apenas cerimônia simples seguida de uma bebida local, como no caso de Vanuatu. A cerimônia inclui não apenas a entrega das cartas credenciais, mas também as de revogação daquela concedida ao antecessor ou antecessora.

A data da apresentação formal das credenciais determina a ordem de precedência de um embaixador no corpo diplomático local. Na data marcada pelo país anfitrião, o embaixador apresenta credenciais, em cerimônia, em geral, seguida de uma recepção. Na ocasião, é tradição caber ao acreditado algumas palavras sobre os objetivos de sua missão no país acreditante. No passado, essa prática requeria dons de oratória e redação o que teria levado a empregar escritores que atuavam como secretários dos embaixadores na redação de discursos e relatórios. Entre estes, lembram Hamilton e Langhorne, encontrar-se-iam alguns de renome posteriormente, tais como Machiavel, Petrarca e Chaucer.⁴⁹

⁴⁶ KLEINER, 2010, p. 53.

⁴⁷ KLEINER, 2010, p. 54.

⁴⁸ HOCKING, 2013, p. 138.

⁴⁹ HAMILTON e LANGHORNE, 2011, p. 55.

Uma vez concluída a cerimônia, o embaixador ou embaixadora poderá apresentar-se a outros ministérios e não mais tratar apenas com o do exterior. Na ONU, as credenciais são entregues, sem maiores cerimônias, ao secretário-geral. Não há decano junto à organização porque a rotatividade é muito rápida; em vez disso, o secretário-geral sorteia anualmente o nome de um país, e a precedência ocorre em ordem alfabética em inglês começando com o do país sorteado.

Somente depois de apresentadas as credenciais, o nome do novo ou nova chefe de missão diplomática é incluído na Lista Diplomática do país, tal como exigido pelo Artigo 10 da CVRD, passando assim a gozar dos privilégios e imunidades inerentes ao cargo.

A nomeação dos cônsules é meramente notificada, tendo caído em desuso a exigência de solicitação e concessão prévia de *exequatur*.

c. Precedência

A relevância da questão de precedência diplomática é de difícil compreensão hoje em dia, não tendo outra explicação senão, nas palavras de Verbeke, a disputa pela aparência de poder em cerimônias oficiais, ou simples vaidade pessoal.⁵⁰ Durante séculos, perdurou a tradição medieval de que o Papa determinava a ordem entre os soberanos. Abaixo dele, seguiam-se o Imperador do Sagrado Império Romano e o Rei dos Romanos⁵¹. Um primeiro indício de desacordo com as decisões da Igreja se deu em 1504 quando o Papa Júlio II estabeleceu nova lista de precedência, logo contestada por alguns monarcas.⁵²

Um incidente entre os embaixadores da Espanha e da França ocorreria na Dinamarca (1633), mas não teria consequências maiores.⁵³ O tema se exacerbou, em 1661, quando da apresentação de credenciais do novo embaixador da Suécia na corte de Saint James, em Londres. Os séquitos armados dos embaixadores da Espanha e da França disputaram o segundo lugar no cortejo, tendo havido, segundo a narrativa de Hamilton e Langhorne, lutas com espadas e tiros. Luís XIV ameaçou a Espanha com uma guerra em razão do incidente, o que levou o governo espanhol a pedir desculpas.⁵⁴

⁵⁰ VERBEKE, 2023, p. 21.

⁵¹ ROBERTS, 2017, p. 94.

⁵² NICOLSON, p. 98-99.

⁵³ ROBERTS, 2017, p. 95.

⁵⁴ HAMILTON e LANGHORNE, 2011, p. 71.

A questão de precedência permaneceu não resolvida, tendo havido outros incidentes ao longo do século XVIII, um deles, narrado por Roberts, quando o Marquês de Pombal decidiu que embaixadores junto à corte em Lisboa seriam recebidos em audiência conforme a ordem de suas entregas de credenciais, tendo sido veemente contestado pelos embaixadores da França e da Espanha.⁵⁵

A questão somente foi equacionada quando a diplomacia francesa conseguiu obter, no Congresso de Viena de 1815, uma decisão coletiva de que o critério para a precedência diplomática seria a antiguidade dos diplomatas, contada a partir da apresentação de suas credenciais, tal como Pombal havia pretendido. O Congresso de Aix-la-Chapelle (1818) decidiu que a assinatura de tratados seria procedida pela ordem alfabética.

O tema não se resolveria, porém, totalmente. Assim, por exemplo, na Conferência de Paz realizada em Versalhes (1919), os cinco principais países Aliados e Potências Associadas ganharam precedência sobre os demais Estados. Em alguns países de maioria católica (entre os quais se incluíam a Itália e a Irlanda), o Núncio Apostólico exerceria precedência sobre os demais embaixadores como Decano do Corpo Diplomático.

Hoje, a questão de precedência está sacramentada na CVRD (Artigos 13 e 16.1). Continuam, no entanto, a haver exceções. Assim, na ONU, informa Roberts, a precedência é decidida por sorteio de um país a partir do qual segue-se ordem alfabética pela primeira letra em inglês do nome do país membro. Nos almoços de membros do CSNU, porém, os representantes sentam-se pela ordem determinada por aquele órgão composto de membros permanentes e não permanentes.⁵⁶ Alegando questões de segurança, o Protocolo australiano frequentemente concede precedência a embaixadores dos Estados Unidos e de Israel em atos públicos.

2. *Encarregado de negócios*

Há uma diferença entre Encarregado de Negócios (*Chargé d'Affaires*) acreditados junto a ministérios do exterior (Artigo 14 da CVRD) e Encarregado de Negócios *ad interim* designados para atuarem temporariamente como chefe de uma missão. A segunda forma de nomeação é a mais comum e ocorre quando a chefia da missão está vaga ou o chefe da missão não pode

⁵⁵ ROBERTS, 2017, p. 96.

⁵⁶ ROBERTS, 2017, p. 97.

⁵⁶ ROBERTS, 2017, p. 99-101.

desempenhar suas funções. A nomeação de um encarregado de negócios deve ser notificada ao ministério do exterior⁵⁷. Segundo o Artigo 19 da CVRD, a nomeação de um encarregado de negócios *ad interim* não pode ser apropriadamente feita após a partida do chefe da missão, exceto pelo ministério do exterior do país acreditante.⁵⁸

3. Demais funcionários

Não há necessidade de solicitação de *agrément* para os demais diplomatas de uma missão. O Artigo 7 da CVRD determina que o Estado acreditante poderá livremente designar seus funcionários. Mas, tem havido exceções relativas a múltiplas creditações, indicações de nacionais de outros países que não do acreditante, e quando o número de funcionário designados excede “limite razoável e normal”.

O Artigo 11 da CVRD concede ao Estado acreditado o direito de exigir esse limite tomando em conta as circunstâncias e as condições do Estado acreditado e as necessidades da missão em questão. Tal direito costuma ser exercido apenas em casos em que as relações entre os dois Estados estejam deterioradas ou quando há preocupações com a existência de espionagem.⁵⁹

Os Estados Unidos costumam questionar indicações de funcionários que entendem não terem direitos a privilégios e imunidades dadas as funções para as quais estariam designados.⁶⁰

No caso do **Brasil**, o governo estadunidense tem questionado a concessão do título de Vice Cônsul a **Oficiais ou Assistente de Chancelaria**.

O Reino Unido também decide se um funcionário deve ser considerado administrativo, técnico, ou serviçal com base na descrição de suas funções. Mas, o país acreditante tem a liberdade de escolher o título que concede a cada um, seguindo a regra geral, isto é, ministro, conselheiro, primeiro, segundo e terceiro secretário ou adido.⁶¹

O país acreditante tem a obrigação, pelo Artigo 10 da CVRD, de notificar o ministério do exterior do país acreditado sobre a nomeação, *status* do funcionário, e data de partida final de membros de uma missão diplomática. Com base nessas informações compila sua Lista

⁵⁷ ROBERTS, 2017, p. 111.

⁵⁸ FOAKES e DENZA, 2017, p.159.

⁵⁹ ROBERTS, 2017, p. 109.

⁶⁰ ROBERTS, 2017, p. 105.

⁶¹ ROBERTS, 2017, p. 106.

Diplomática e estabelece os privilégios e imunidades a cada membro da missão. Em alguns países são emitidas carteiras de identidade diplomática⁶² ou de isenção de impostos locais. É também examinado o direito a placas diplomáticas para veículos de funcionários.

Outra possibilidade de restrição a missões diplomáticas diz respeito a proibição de um Estado acreditante (Artigo 12 da CVRD) estabelecer escritórios em localidades distantes da sede da missão diplomática, a não ser que seja dado consentimento expresso.⁶³

⁶² ROBERTS, 2017, p. 106.

⁶³ ROBERTS, 2017, p. 109.

